

MULHERES, CURANDEIRAS E ENFERMEIRAS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E DE RAÇA: o que perde a enfermagem com a reedição de discursos discriminatórios?¹

Maria Verônica Sousa Torres

Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, Brasil
<https://orcid.org/0009-0009-9060-285X>
mary.veronicas2@outlook.com

Maria Raquel Gomes Maia Pires

Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-7941-0816>
rakas.mr@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo questionar a história oficial da enfermagem, analisando a perspectiva de gênero e raça na origem do cuidado atrelado às práticas das mulheres curandeiras. A pesquisa é um estudo teórico com revisão de literatura. Como resultado, elaborou-se um quadro referencial com questões norteadoras para análise da abordagem dos saberes ancestrais do cuidado em saúde na enfermagem, sob a perspectiva de gênero e raça. A revisão de literatura evidenciou a marginalização dos saberes das curandeiras ao longo da história da enfermagem no Brasil, desde a profissionalização da medicina, com a discriminação das artes de curar até a profissionalização da enfermagem, com a produção da “Enfermeira Padrão” – símbolo que reedita desigualdades de gênero, raça e classe na profissão, acriticamente.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Enfermagem; Gênero; História da enfermagem; Medicina tradicional; Mulheres; Negros; Paramédicos

WOMEN, HEALERS, AND NURSES FROM A GENDER AND RACE PERSPECTIVE: what does nursing lose with the re-edition of discriminatory discourses?

ABSTRACT

The present study aims to question the official history of nursing, analyzing the perspective of gender and race in the origin of care linked to the practices of women healers. The research is a theoretical study with literature review. As a result, a frame of reference was elaborated with guiding questions for the analysis of the approach to the ancestral knowledge of health care in nursing, from the perspective of gender and race. The literature review showed the marginalization of the knowledge of healers throughout the history of nursing in Brazil, from the professionalization of medicine, with the discrimination against the arts of healing until the professionalization of nursing, with the production of the “Standard Nurse” – a symbol that reproduces inequalities of gender, race and class in the profession, uncritically.

KEYWORDS: Blacks; Brazil; Gender; History of nursing; Nursing; Paramedical personnel; Traditional medicine; Women

¹ Pesquisa de Iniciação Científica financiada com bolsas Cnpq, edital ProIC/DPG/UnB – PIBIC/PIBIC-AF (CNPq) 2021/2022.

MUJERES, CURANDERAS Y ENFERMERAS DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO Y RAZA: ¿qué pierde la enfermería con la reedición de discursos discriminatorios?

RESUMEN

Este estudio pretende cuestionar la historia oficial de la enfermería, analizando la perspectiva de género y raza en el origen de los cuidados vinculados a las prácticas de las mujeres curanderas. La investigación es un estudio teórico con revisión bibliográfica. Como resultado, se desarrolló un marco referencial con preguntas orientadoras para analizar el abordaje de los saberes ancestrales del cuidado de la salud en enfermería, desde la perspectiva de género y raza. La revisión bibliográfica evidenció la marginalización de los saberes de los curanderos a lo largo de la historia de la enfermería en Brasil, desde la profesionalización de la medicina, con la discriminación de las artes curativas, hasta la profesionalización de la enfermería, con la producción de la "Enfermera Estándar" - símbolo que reedita acriticamente las desigualdades de género, raza y clase en la profesión.

PALABRAS CLAVE: Brasil; Enfermería; Género; Historia de la enfermería; Medicina tradicional; Mujeres; Negras; Personal paramédico

Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 06/11/2022 – Aprovado em: 25/02/2023 – Publicado em: 28/04/2023

*Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

1 INTRODUÇÃO

A enfermagem no Brasil teve como principal influência o modelo de formação de Florence Nightingale. O modelo é marcado pela divisão sexual do trabalho em relação à medicina, preponderando a subordinação ao médico, representada por tecnicismo, cientificismo e ideais morais sexistas de delicadeza, aristocracia e nobreza. O ideal nightingaleano teve como proposta inicial a moralização da profissão, introduzindo mulheres de classes altas na enfermagem. A disciplina e o preconceito são os quesitos para se adequar às exigências do padrão burguês, sexista e racista. O padrão exigido para exercer a profissão era de mulheres com boa aparência, idade entre 20 e 40 anos, que demonstrassem docilidade, bondade, disciplina, soubessem ler e escrever, ou seja, era uma profissão ilusoriamente idealizada para grupos da elite brasileira no início do século XX (FERREIRA, 2020; MACHADO, 2010).

Cabe-nos questionar: se a enfermagem moderna foi forjada para a elite brasileira, quem cuidava da população de baixa renda? A enfermagem só começou a existir a partir do modelo criado por Florence Nightingale? Se assim o for, o que dizer das mulheres que realizavam os cuidados à saúde antes da profissionalização positivista da enfermagem? Certamente, o saber popular utilizava conhecimento fitoterápico para garantir a saúde de todas as classes da população, com base no curandeirismo, tendo seu valor amplamente reconhecido e validado. Esse sistema de cura aborda o corpo sob perspectiva integral, compreendido como um campo de energia. Contraditoriamente, a despeito de sua discriminação pelo saber científico, as atuais propostas de mudança do modelo de atenção biomédico reivindicam justo o cuidado integral, praticado pelo curandeirismo há séculos (ANDRADE; COSTA, 2010; PIRES, 2005).

No Brasil, o saber tradicional tem como origem os povos africanos e indígenas, exercido principalmente pelas mulheres curandeiras, parteiras e benzedeiros. Elas praticavam enfermagem, abortos, davam conselhos sobre enfermidades, faziam partos e tinham lugar de destaque devido à proximidade e à escuta ativa dos problemas de saúde da população. A despeito de sua relevância social, o curandeirismo tem pouco lugar de destaque na história oficial da enfermagem, herdeira de rígidos padrões vitorianos, elitistas e racistas incorporados à profissão. Além do pouco destaque, o curandeirismo, prática em que as mulheres sempre tiveram grande poder sobre o corpo e a cura, foi socialmente discriminado pelo discurso biomédico na enfermagem, restrita ao modelo nightingaleano (MATIAS, 2019).

O resultado disso é uma assistência à saúde desenvolvida e ensinada de forma mecânica, instrumentalizada, cientificizada, sexista, seguindo normas e prescrições rígidas, com práticas de saúde hierárquicas, sob o domínio do profissional médico, homem. Além disso, as relações de cuidado e ensino estão encobertas de hostilidades, tensões e indiferença, além de caracterizar como

inferiores as habilidades manuais e o saber acumulado sobre o corpo e a saúde das mulheres. Com isso, toda a autonomia e o poder feminino que o curandeirismo poderia ocasionar na enfermagem foram marginalizados. Os processos educacionais se tornam pouco reflexivos sobre as questões de gênero que subjazem os discursos oficiais, em geral, restritos ao mito da “Dama da Lâmpada”, reeditando desigualdades que nos violentam (MENDES; COSTA; RIBEIRO, 2015; FERREIRA; JESUS; PINTO, 2021).

Outra questão é o fato da exclusão na profissão de todos os que não faziam parte do padrão imposto, isto é, o modelo hegemônico sexista e racista – como as curandeiras, parteiras e benzedoras, em sua maioria negras – centrado nos ideais de uma mulher branca, inglesa e elitizada (FERREIRA; JESUS; PINTO, 2021). As contradições e desigualdades sociais desse discurso são representadas atualmente no quantitativo de profissionais da equipe de enfermagem. A maioria das enfermeiras são brancas (57,9%), enquanto a maioria das técnicas e auxiliares de enfermagem são negras (57,4%). Ressalte-se que as técnicas e auxiliares de enfermagem em alguns setores públicos do Brasil (4,4%) recebem menos de 680 reais e 1,8% trabalham mais de 80 horas semanais. Entretanto, a situação não é melhor para as enfermeiras, que recebem em geral (37,1%) entre 2 e 4 salários mínimos, com situações de subempregos e desempregos. A fragilidade política da profissão se verifica na luta pelo piso salarial da profissão que não avança, a despeito dos 50 anos de luta (MACHADO *et al.*, 2016; REDAÇÃO EPSJV - EPSJV/FIOCRUZ, 2022).

Do exposto, a partir das questões de gênero, classe e raça presentes na profissão, esta pesquisa pretende problematizar a história oficial da enfermagem, questionando as versões invisibilizadas da contribuição das mulheres nas práticas do cuidar, especialmente as curandeiras, para a saúde e enfermagem. O estudo tem a seguinte questão norteadora: Quais referências teóricas viabilizam a análise das abordagens do curandeirismo na enfermagem sob a perspectiva de gênero e raça, nos discursos oficiais da profissão?

Como objetivos, têm-se: criticar a história oficial da enfermagem no Brasil a partir dos estudos de gênero e raça; elaborar um quadro referencial com questões norteadoras para análise dos discursos estereotipados, elitistas, sexistas e racistas sobre o curandeirismo na profissão.

2 MÉTODO

Foi realizada de forma assistemática uma análise de artigos e livros que abordassem os seguintes descritores: (Enfermagem AND História AND Saúde), (Enfermagem AND Mulheres AND História), (História da enfermagem AND Mulheres AND Negros). O levantamento foi feito por meio do acesso Cafe, nas seguintes bases de dados: SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*), Repositório da UnB, Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior) e Portal da Fiocruz, mais a literatura cinzenta. Para seleção do material, foi realizada uma leitura exploratória dos títulos e resumos e selecionados os relacionados à temática, sendo lidos na íntegra. O processo de leitura resultou em três categorias centrais: i. curandeirismo e mulheres curandeiras; ii. profissionalização da medicina e discriminação das artes de curar; iii. enfermagem profissional e a produção social da “Enfermeira Padrão”. Na construção do quadro referencial, cada tema gerou uma pergunta norteadora, resultando em um quadro referencial com a descrição da categoria e a pergunta norteadora que possam subsidiar análises e pesquisas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 *Curandeirismo, mulheres curandeiras*

O curandeirismo é um sistema de cura baseado na experiência adquirida no cultivo de plantas tropicais, com uso de diversos recursos, como remédios caseiros, banhos, benzimentos, orações, aconselhamentos, entre outros. Esses saberes tradicionais abordam o corpo sob um viés holístico, o qual compreende uma correlação complexa de fatores físicos, sociais, mentais, emocionais e espirituais do organismo humano. Nessa abordagem, a espiritualidade é considerada como possível origem das doenças e desequilíbrios (ANDRADE; COSTA, 2010; DIAS; LAUREANO, 2009).

Tal conhecimento tem como origem os povos tradicionais que utilizavam o conhecimento fitoterápico para garantir a vida dessas populações (PIMENTA, 1998). A medicina popular é exercida principalmente pelas mulheres que atuam assistindo as pessoas que não conseguem ter acesso aos serviços de saúde, e nas comunidades populares elas são as “doutoras”. As curandeiras recebem esses saberes de medicina popular por meio de sua antecessora e os passam adiante, o saber entre elas circula através de gerações (CAMPOS; LORENZONI; LIMA, 2020; CLARINDO; STRACHULSKI; FLORIANI, 2019).

Os primeiros registros de uso de plantas medicinais no Brasil são no período colonial (1530-1815). Nessa época, as mulheres não eram restritas aos papéis de esposa, mãe e dona de casa. Em vista da facilidade no manuseio das plantas, as mulheres podiam ser curandeiras e eram elas que auxiliavam uma grande parcela da população, uma vez que o médico era inacessível, principalmente para os escravos, os forros e os índios (PIMENTA, 1998). Devido à confiança tradicional nesses saberes, bem como ao pouco interesse científico da medicina no corpo da mulher e em tratamentos específicos para tal, muitas mulheres recorriam às curandeiras. As mulheres tinham conhecimentos empíricos de receitas contraceptivas e de cura, praticavam enfermagem, abortos, davam conselhos sobre enfermidades, trocavam fórmulas e faziam partos. Essa confiança é resultado de uma proximidade e escuta ativa da população com as praticantes dessas artes de cura, assim a curandeira tinha um lugar de poder e de destaque (CAMPOS; LORENZONI; LIMA, 2020; CLARINDO;

STRACHULSKI; FLORIANI, 2019).

3.2 Profissionalização da medicina e discriminação das artes de curar

A desautorização da atuação das curandeiras começa com a criação das faculdades de medicina, ratificada pela corporação médica, com a promulgação no Código Penal de 1890 da criminalização do ofício de curandeiro e prescrição de qualquer substância (BRASIL, 1890). As práticas de cura passam a ser perseguidas e punidas na forma da lei, como crimes contra a saúde pública. O combate fortaleceu-se ainda mais com os ideais do governo no Brasil República, que valorizavam os métodos científicos como uma verdade incontestável que só poderia ser executada pelos médicos e farmacêuticos (CAMPOS; LORENZONI; LIMA, 2020). Esse discurso protecionista envolvia o interesse da classe médica, masculina, e da farmacêutica e os propósitos governamentais no domínio da saúde pública, além da questão econômica. A ascensão da medicina profissional ratificou o conhecimento científico como indisputável e inacessível para as classes populares, discriminando outros saberes e práticas de curar, marcados por injustiças de raça, gênero e classe (PUTTINI, 2008; CAMPOS; LORENZONI; LIMA, 2020).

A dominação da ciência sobre as práticas de curas tradicionais resulta na desqualificação e desautorização das curandeiras para exercerem as atividades terapêuticas. As poucas mulheres que ainda poderiam exercer certas práticas terapêuticas, como as parteiras, deveriam ser formadas, avaliadas e obedientes aos homens médicos (BARBOSA; PIMENTA, 2016). As curandeiras que tinham lugar social de poder e destaque passaram a ser marginalizadas; conseqüentemente, a enfermagem profissional, sob o domínio da ciência positiva e masculina, ratifica a marginalização das práticas de saúde dessas mulheres (ASANTE, 2014; EHRENREICH; ENGLISH, 1973).

Atrelada ao poder e saber médico, a imagem de servilismo é predominante na profissionalização da enfermagem, contribuindo para a dificuldade da valorização do saber das mulheres – estejam elas dentro ou fora da “Enfermagem oficial” (AVILA *et al.*, 2013).

3.3 Enfermagem profissional e a produção social da “Enfermeira Padrão”

Concomitantemente à marginalização das curandeiras começa a profissionalização da enfermagem no Brasil, coincidente com a criação da primeira escola profissional, no Hospício Nacional de Alienados, conduzida por enfermeiras francesas e ministrada por médicos (SANTO, 2007). A presença das enfermeiras francesas foi apenas um caminho para a vinculação da enfermagem moderna desenvolvida por Florence Nightingale no Brasil. O modelo vocacional introduzido por Nightingale legitima a hierarquia e a disciplina no trabalho de enfermagem, traços do meio social em que ela convivia: alta classe social, organização religiosa e militar (RODRIGUES, 2001). A primeira escola baseada

no sistema nightingaleano foi fundada em São Paulo (1895) e fornecia ajuda monetária às alunas, que eram preferencialmente mulheres brancas de família norte-americana e inglesa, jovens, com instrução primária completa, boa reputação e submissas tanto aos homens médicos como ao tecnicismo do cuidado (FERREIRA, 2020; MONTEIRO, 2009; PADILHA, 1999).

O padrão nightingaleano produziu a chamada “Enfermeira Padrão”, isto é, a priorização da mulher branca, classe média, disciplinada, assexualizada, moralista, submissa ao profissional médico e seu saber. Com isso, ratifica-se o gênero feminino como o responsável pelo cuidado da casa e da saúde de todos os membros da família, como característica “natural” e inerente ao feminino, com injustiças e opressão sobre a autonomia das mulheres (DONOSO, 2000; CAMPOS; OGUISSO, 2008). Em consequência, as enfermeiras são vistas com menos autoridade, são desvalorizadas e suscetíveis ao desrespeito e abuso verbal, simplesmente porque os papéis que desempenham são naturalizados como femininos e reforçam na saúde os aspectos tradicionais designados às mulheres (SPLENDOR; ROMAN, 2013).

A exigência dessa “Enfermeira Padrão”, ocasionalmente, exclui todas as mulheres que não se encaixam no modelo priorizado, ou seja, as mulheres negras, curandeiras, parteiras, benzedadeiras (FERREIRA; JESUS; PINTO, 2021). As práticas de cuidado que eram exercidas no Brasil pelas mulheres negras, pobres ou de conduta moral “duvidosa” deveriam ser desvinculadas da profissão que estava surgindo. A “limpeza” e o branqueamento da imagem na profissionalização da enfermagem e a imposição da “Enfermeira Padrão” tiveram como embasamento o racismo (GONZALEZ, 1984; MIASATO, 2021). O racismo é presente onde existem padrões e regras impostas por instituições que atribuem privilégios a determinados grupos sociais, como a “Enfermeira Padrão” (MIASATO, 2021; MOORE, 2007). Segundo Heidemann, Gomes e Sanchez (2008, p. 1161), a hegemonia é o desfecho do conflito de incitamentos entre grupos sociais operantes em um contexto específico. É capaz de influenciar e sobrepor conceitos intelectuais, morais, políticos e culturais de um grupo social sobre outro. A enfermagem moderna, sob a hegemonia do modelo introduzido por Florence Nightingale, costuma rotular de “enfermagem leiga” e de menor valor o trabalho das curandeiras, que é a imagem primordial da enfermagem. Entretanto, a profissão pouco percebe que, ao reproduzir o discurso científico e sexista da medicina, sem críticas, reedita a opressão de gênero, raça e classe social sobre as mulheres, sobrando desigualdades e desvalorização da categoria (CAMPOS; OGUISSO, 2008; HEIDEMANN; GOMES; SANCHEZ, 2008; (PIRES; FONSECA; PADILLA, 2016)

3.4 Mulheres, curandeiras e enfermeiras: referencial teórico para análise das questões de gênero e raça nos discursos oficiais e na formação profissional da enfermagem

A partir da leitura crítica da literatura pesquisada, foi elaborado um quadro referencial (Quadro 1) com as três categorias centrais extraídas da literatura: i. curandeirismo e mulheres curandeiras; ii. profissionalização da medicina e discriminação das artes de curar; iii. enfermagem profissional e a produção social da “Enfermeira Padrão”. Cada categoria resultou em pelo menos uma questão, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Mulheres, curandeiras e enfermeiras: referencial teórico para análise das questões de gênero e raça nos discursos oficiais e na formação em enfermagem

CATEGORIAS TEMÁTICAS	DESCRIÇÃO	QUESTÕES PARA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA
<p>1. Curandeirismo e mulheres curandeiras</p>	<p>O curandeirismo é o exercício da arte de curar por meios não científicos, praticado por mulheres, em uma época em que a medicina não era implementada no Brasil. Havia o uso de remédios caseiros e outros elementos relacionados à necessidade física e espiritual. Os saberes eram passados de geração a geração, por meio da oralidade. As curandeiras tinham lugar de destaque nas suas comunidades, devido à relação de confiança entre a comunidade e elas (CAMPOS; LORENZONI; LIMA, 2020; CLARINDO STRACHULSKI; FLORIANI, 2019; PIMENTA, 1998).</p>	<p>1. As primeiras cuidadoras ou curandeiras da população são abordadas na relevância para a autonomia das mulheres sobre o corpo e a cura?</p>
<p>2. Profissionalização da medicina e discriminação das artes de curar</p>	<p>A criação das faculdades de medicina no Brasil República contribuiu para a criminalização do ofício de curandeirismo. A ótica científica executada pelos médicos deveria ser a única opção de tratamento da população (BRASIL, 1890; PUTTINI, 2008).</p>	<p>2. A mudança na posição social das mulheres curandeiras no processo de cuidar – com o advento da ciência moderna e a profissionalização da enfermagem atrelada ao poder médico – é tematizada nos programas de disciplinas?</p>
<p>3. Enfermagem Profissional e a produção social da “Enfermeira Padrão”</p>	<p>A enfermagem profissional é vinculada ao modelo nightingaleano, introduzindo o modelo vocacional, que poderia ser exercido apenas pela “Enfermeira Padrão”, isto é, mulher, branca, de classe média, jovem, moralmente recatada, dócil e submissa (FERREIRA, 2020; PADILHA, 1999).</p>	<p>3. O processo de profissionalização da enfermagem e a consequente exclusão das curandeiras na construção da “Enfermeira Padrão” são abordados criticamente? 4. As questões de gênero e raça no trabalho da</p>

CATEGORIAS TEMÁTICAS	DESCRIÇÃO	QUESTÕES PARA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA
		<p>enfermagem são abordadas na disciplina?</p> <p>5. Existe alguma problematização sobre o modelo nightingaleano na profissionalização da enfermagem?</p>

4 CONCLUSÃO

O estudo discutiu teoricamente como as curandeiras são marginalizadas na história da enfermagem, com desdobramentos nas desigualdades violentas de gênero e raça na profissão. A discriminação do saber ancestral das artes de curar foi acentuada com profissionalização da medicina. Na esteira do discurso e saber médico, a enfermagem reedita acriticamente os estereótipos em relação às curandeiras – sem perceber as repercussões sobre a perda da autonomia das mulheres, das curandeiras e das enfermeiras sobre o cuidado em saúde, marcada por desigualdades de gênero. Como resultado da revisão de literatura, foi elaborado um quadro referencial a partir da perspectiva de gênero e raça para subsidiar análises dos discursos estereotipados da profissão. Num retorno ao questionamento do título deste artigo, defendemos que, ao reeditar discursos elitistas, sexistas e racistas, a enfermagem perde espaços de poder e de autonomia sobre o corpo e a cura, com fragilidades políticas na reivindicação de direitos.

| 9

REFERÊNCIAS

ANDRADE, João Tadeu; COSTA, Liduina Farias Almeida. Medicina Complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da Antropologia médica. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 497-508, 2010.

AVILA, Liziani Iturriet *et al.* Implicações da visibilidade da enfermagem no exercício profissional. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 34, n. 3, p. 102-109, 2013.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: A teoria da mudança social.** Rio de Janeiro: Afrocentricidade Internacional, 2014.

BARBOSA, Giselle Machado; PIMENTA, Tânia Salgado. O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9183>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 847**, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CAMPOS, Ludimila Caliman; LORENZONI, Lara Ferreira; LIMA, Aline Magdalão da Fonseca. Curandeirismo no Brasil: uma abordagem histórico-jurídica na transição do final império e início da república. **Revista Relegens Thréskeia**, v. 9, n. 2, p. 225-241, 2020.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; OGUISSO, Taka. A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e a reconfiguração da identidade profissional da Enfermagem Brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**, v. 61, n. 6, p. 892-898, 2008.

CLARINDO, Maximillian Ferreira; STRACHULSKI, Juliano; FLORIANI, Nicolas. Curandeiros parintintin e benzedeadas: reprodução do saber popular de cura. **Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, n. 31, p. 105-124, 2019.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lurdes Cardozo. **Farmacopéia Popular do Cerrado**. [s.l.]: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/9946>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli. O gênero e suas possíveis repercussões na gerência de enfermagem. **REME Rev. Min. Enferm.**, p. 67-69, 2000.

EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. **Witches, midwives, and nurses**. New York: Feminist Press, 1973.

FARIAS, Erika. Piso salarial da Enfermagem: os entraves na garantia de direitos para a categoria. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, 9 set. 2022. Disponível em: <<https://www.epsiv.fiocruz.br/noticias/reportagem/piso-salarial-da-enfermagem-os-entraves-na-garantia-de-direitos-para-a-categoria>>. Acesso em: 24 out. 2022.

FERREIRA, Luiz Otávio. As guardiãs da saúde: representações e características socioculturais de enfermeiras domésticas do Rio de Janeiro, 1880-1910. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 12, p. 1-17, 2020.

FERREIRA, Suiane Costa; JESUS, Luane Caetano; PINTO, Alisson Jones Cazumbá Cerqueira. A produção do saber-cuidar em enfermagem a partir das interseccionalidades étnico-raciais, de classe e de gênero no Brasil. **Cenas Educacionais**, v. 4, e11858, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11858>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HEIDEMANN, Miriam; GOMES, Maria Luz Babosa; SANCHEZ, Maritza Consuelo Ortiz. O pensamento de Antônio Gramsci como referencial teórico na pesquisa em história da enfermagem. **Rev. Eletr. Enf.**, p. 1159-1164, dez.

2008.

MACHADO, Maria Helena; OLIVEIRA, Eliane dos Santos de; LEMOS, Waldirlando Rosa; *et al.* Mercado de trabalho em enfermagem no âmbito do SUS: uma abordagem a partir da pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil. **Divulg. Saúde Debate**, p. 52-69, 2016.

MACHADO, William Alves. Reflexões sobre a Prática Profissional do Enfermeiro. *In: GIOVANINI, Telma et al. (Org.). História da Enfermagem: Versões e Interpretações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. p. 255-330.

MATIAS, Rafaela Barbosa Carvalho. **Mulheres mágicas do Brasil Colônia: corpos perseguidos e dominados**. 2019. 9f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MENDES, Valdeci Silva; COSTA, Candida Soares da; RIBEIRO, Rosa Lúcia Rocha. Racismo biológico e suas implicações no ensinar-cuidar a saúde da população negra. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 16, 2015.

MIASATO, Felipe Akira. **Por Deus, pela pátria e pela família: violências interseccionais nas raízes da profissionalização da enfermagem brasileira**. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2021.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MONTEIRO, Bernardo Assis. **Diretrizes e bases da educação nacional e escolas de enfermagem na década de 1960: uma visão histórica**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7131/tde-20052009-110837/>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. As representações da história da enfermagem na prática cotidiana atual. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 52, p. 443-454, 1999.

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 5, p. 349-374, 1998.

PIRES, Maria Raquel Maia Pires; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa Da; PADILLA, Beatriz. A politicidade do cuidado na crítica aos estereótipos de gênero. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 6, p. 1223–1230, 1 nov. 2016.

PIRES, Maria Raquel Gomes Maia. Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Cascavel/PR, v. 13, n. 5, p. 729-736, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n5/v13n5a18.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PUTTINI, Rodolfo Franco. Curandeirismo e o campo da saúde no

Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, p. 87-106, 2008.

RODRIGUES, Rosa Maria. Enfermagem compreendida como vocação e sua relação com as atitudes dos enfermeiros frente às condições de trabalho. **Revista Latino-Am. Enfermagem**, Cascavel/PR, p. 76-82, nov./dez. 2001.

SANTO, Tiago Braga do Espírito. **Enfermeiras francesas na capital do Brasil (1890-1895)**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7131/tde-20122007-100254/>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SPLENDOR, Vanessa Lidiane; ROMAN, Arlete Regina. A Mulher, a Enfermagem e o Cuidar na Perspectiva de Gênero. **Revista Contexto Saúde**, Editora Unijuí, ano 2, n. 4, jan.-jun. 2003.